



Os Desafios da Revolução Digital: Libertar o Conhecimento para o Bem Comum, de Ladislau Dowbor

Guadalupe Corrêa Mota¹

1. Contextualização

O livro *Os Desafios da Revolução Digital: Libertar o Conhecimento para o Bem Comum*, de Ladislau Dowbor, lançado em fevereiro de 2025, pela Editora Elefante, está estruturado em quatro partes principais, cada uma explorando uma dimensão da mutação sistêmica da economia e da sociedade na era digital. A obra retoma e atualiza agenda crítica do autor sobre as desigualdades, a financeirização, as plataformas digitais e a degradação democrática, centrando-se no estatuto do conhecimento como bem comum (p. 8).

A tese central sustenta que a revolução digital gerou uma transformação sistêmica tão profunda quanto a revolução industrial, inaugurando um novo modo de produção: o rentismo digital. Dowbor argumenta que o termo “capitalismo” já não é plenamente adequado, pois o novo sistema é essencialmente organizado em mecanismos extrativistas e perversos, baseando-se na apropriação improdutiva do excedente social:

1. Professora doutora do Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Educação da Universidade Católica de Santos e professora da Graduação na mesma instituição. Líder do Grupo de Pesquisa Educação e Formação na Ciberultura. guadalupekota@unisantos.br.

Esses mecanismos envolvem o domínio das plataformas relativamente às empresas tradicionais, e em particular o fato de se tratar do *controle do imaterial*, ou intangível, o que permite mecanismos muito mais amplos de apropriação, em *escala planetária, sem a correspondente criação de bens e serviços, empregos e bem-estar econômico*. Os sistemas de intermediação financeira, o controle financeiro dos sistemas comerciais e de marketing, a apropriação privada das infraestruturas, a intermediação global do acesso a recursos naturais, o rentismo baseado na apropriação de imóveis rurais e urbanos, o uso especulativo das políticas sociais, como saúde e educação, *a guerra para dificultar o acesso ao conhecimento acumulado na sociedade, com patentes e copyrights, colocando pedágios nos avanços científicos*, são exemplos de uma conjunto de atividades em que acima do nível do produtor efetivo de bens e serviços, do pesquisador, do país dono de recursos naturais, gerou-se uma classe de rentistas que se apropriam de cada movimento, colocando juros, tarifas, sobrepreços, levando por sua vez à formação de um clube dos ricos que detém imenso poder econômico, financeiro, político e midiático, essencialmente ao controlar direitos sobre atividades ou patrimônio de terceiros (p. 7. Grifos meus).

Os mecanismos de acumulação se deslocaram do trabalho produtivo clássico para o controle de infraestruturas de plataforma (finanças, comunicação, dados), que operam na esfera do imaterial ou intangível. *O conhecimento é o principal fator de produção* neste novo modo, e sua captura algorítmica de valor e a concentração informacional são marcas definidoras do regime.

A seguir são apresentados o objetivo, a tese central e os subtemas das quatro partes que compõem a obra.

Parte I - Um novo modo de produção

Objetivo: Tornar visível e compreensível a nova realidade econômica que está emergindo da revolução digital, sustentando que o sistema atual não pode mais ser adequadamente chamado de “capitalismo”: “O presente livro trata de tornar visível e compreensível como os mecanismos funcionam na atualidade. Sim, porque nas últimas décadas as coisas mudaram” (p. 8).

Tese Central: A revolução digital gerou uma transformação sistêmica tão profunda quanto a revolução industrial, configurando um novo modo de produção: o rentismo digital, caracterizado pela apropriação extrativa do excedente social, e não mais pela acumulação produtiva de capital:

Estamos enfrentando um sistema muito mais perverso do que o capitalismo industrial, que era sem dúvida explorador, mas também produtivo. A desigualdade

hoje se aprofunda de maneira mais acelerada, e com pouca base produtiva: é essencialmente extrativa (p. 9).

Subtemas:

1. Fratura social: nova escala de exploração: O sistema é marcado pela financeirização (dinheiro virtual, gerido por algoritmos), levando a uma concentração de riqueza sem precedentes: “A infraestrutura produtiva [...] é controlada por plataformas, computadores, algoritmos e inteligência artificial [...]” (p. 20).

2. As novas formas de apropriação do excedente social: rentismo: O enriquecimento se dá pela extração de renda sobre ativos (financeiros, plataformas, propriedade intelectual, infraestrutura), configurando uma *apropriação indébita*: “Consiste mais na extração de renda do que na acumulação de capital produtivo, no que também tem sido chamado de financeirização, sem a correspondente contribuição produtiva” (p. 22).

3. A manipulação capilarizada: os eixos de mudança: Algoritmos e inteligência artificial permitem o controle do imaterial (dinheiro, *conhecimento*, comunicação) em escala planetária, atingindo e drenando recursos de cada indivíduo: “Gerou-se assim um sistema de micro drenagem de recursos e de informações pessoais de bilhões de pessoas de qualquer parte do mundo, inclusive dos mais pobres” (p. 29).

Parte II – O conhecimento como principal fator de produção

Objetivo: Analisar o *conhecimento* como o novo principal fator de produção da sociedade e discutir a batalha ideológica e econômica em torno do *direito de acesso* a ele: “O eixo central de geração de valor desloca-se do conteúdo material [...] para o conteúdo de conhecimento incorporado aos processos produtivos” (p. 39).

Tese central: O conhecimento deve ser tratado como bem comum (não-rival, com custo marginal de reprodução próximo de zero), e o controle monopolista (via patentes e *copyrights*) funciona como um *enclosure movement* (p. 48) que cria escassez artificialmente, travando o progresso: “O eixo central de geração de valor desloca-se do conteúdo material, dos bens e serviços, para o conteúdo de conhecimento incorporado aos processos produtivos” (p. 39).

Subtemas:

1. O conhecimento como fator de produção: O conhecimento é um capital econômico de primeira linha, onde o valor agregado reside cada vez mais nos “intangíveis”.

2. A luta pelo controle: *copyrights*, patentes, acesso aberto: A apropriação por empresas gera “latifúndios tecnológicos”, como o *copyright* que opera como uma “cerca para impedir o acesso”, citando James Boyle: “O objetivo do *copyright* é de encorajar a produção e acesso a obras culturais[...] Agora opera como uma cerca para impedir o acesso” (p. 44).

3. O acesso desigual: A monopolização do conhecimento, concentrando 97% das patentes em países ricos, reforça a dependência e é comparada a “chutar a escada” para os países do Sul Global: “No mundo, 97% das patentes está na mão de empresas de países ricos” (p. 48).

4. O endividamento estudantil: As universidades imitam a lógica de escassez da empresa privada, enquanto a liberação de conteúdos (como o *Open Course Ware* do MIT) é o caminho para o avanço científico generalizado: “Não assegurar aos jovens a possibilidade de adquirirem ferramentas de maior produtividade social constitui uma burrice econômica impressionante. Não são gastos, são investimentos” (p. 35, Nota 41).

Parte III - O rentismo como mecanismo de exploração

Objetivo: Detalhar o *fluxo financeiro integrado* e os *mecanismos concretos que garantem o enriquecimento improdutivo das elites*, esgotando a capacidade de investimento do Estado, das famílias e das empresas: “As finanças não são um setor, são uma dimensão de tudo o que fazemos: algoritmos programados para maximizar os lucros dos intermediários que dominam o universo econômico moderno” (p. 68).

Tese central: O sistema rentista no Brasil é sistemicamente disfuncional, drenando o equivalente a cerca de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) em juros extorsivos, evasão e renúncias fiscais, o que inviabiliza a economia produtiva e a agenda social: “A apropriação improdutiva dos recursos representa no Brasil cerca de 20% do PIB” (69). “O Estado não se endividou para construir escolas, por exemplo, ou no Bolsa Família: 82% do aumento da dívida pública resulta de juros acumulados” (p. 69).

Subtemas:

1. Os juros extorsivos: A taxa básica de juros (Selic) e o crédito privado (com juros de 52,5% para pessoas físicas) canalizam recursos públicos e privados para especuladores financeiros, travando o consumo e o investimento: “O fato de 82% do aumento da dívida resultar de juros acumulados, significa que estamos simplesmente alimentando especuladores financeiros” (p. 69).

2. Evasão fiscal e renúncias fiscais: A evasão fiscal e as renúncias (cerca de 7% e 4% do PIB, respectivamente) fragilizam o Estado: “A desindustrialização do país está

diretamente ligada ao redirecionamento das poupanças para aplicações financeiras em vez de investimentos produtivos” (p. 77).

3. O absurdo tributário: O sistema tributário é regressivo, isentando lucros e dividendos distribuídos, e leis como a Lei Kandir favorecem o setor de exportação primária e o dreno de riquezas naturais (exemplo da Petrobrás).

4. Um dreno rentista: O conjunto dos drenos (juros, evasão, tributação deformada) evidencia a apropriação de riqueza por uma *elite improdutiva, associada a gestores financeiros globais*: “Afirmar que uma elite improdutiva extrai da economia real o equivalente a 25% do PIB, é hoje uma conta conservadora” (p. 76).

Parte IV - Novos enfrentamentos

Objetivo: Discutir a *crise de governança* e a *impotência institucional* diante dos desafios sistêmicos (desigualdade e crise ambiental) e *propor eixos de luta* para reverter o sinal político das novas tecnologias e resgatar o interesse público: “A impotência institucional que enfrentamos nos leva a uma desarticulação sistêmica desastrosa [...]” (p. 8; 79).

Tese Central: As soluções para a *crise civilizatória* dependem de modernizar as instituições e resgatar a *função pública de articulação e coordenação*. Isso requer enfrentar a exploração global, controlar o dinheiro, democratizar o acesso ao conhecimento e enraizar a democracia no nível local:

As mesmas tecnologias que ampliaram de maneira radical a exploração e a manipulação das pessoas [...] podem ter o seu *sinal político invertido*, e servir à libertação (p. 88. Grifo meu).

[...]

Entre a profunda revolução tecnológica que se generaliza no planeta, e a arquitetura institucional herdada do século passado, centrada em bens e serviços materiais, gerou-se um hiato de governança (p. 89).

Subtemas:

1. A questão da **soberania frente à exploração global**: A globalização do dinheiro imaterial e o domínio de corporações globais (GAFAM, equity firms) enfraquecem os governos nacionais. O resgate da soberania, com o fortalecimento de blocos como os BRICS, é essencial para viabilizar políticas internas: “O endividamento externo de tantos países os torna impotentes frente a essas imposições do Norte Global” (p. 83).

2. Resgatar o controle do dinheiro: A luta deve focar na explicitação dos mecanismos modernos de exploração financeira, denunciando a apropriação indébita e utilizando bancos públicos e comunitários para introduzir concorrência e reduzir juro: “O nosso dinheiro não está mais no nosso bolso, está nos bancos, que ditam as regras que eles querem” (p. 85).

3. Resgatar a liberdade de acesso ao conhecimento e à informação: É necessário *avancar para a universalização do acesso gratuito (bem público)*, combatendo patentes e *copyrights* excessivos, e regulando o poder de manipulação dos oligopólios de mídia e plataformas sociais: “O aproveitamento generalizado das imensas oportunidades da revolução digital é vital, abrindo e universalizando o acesso, com bem público de acesso universal e gratuito” (p. 88).

4. Enraizar a democracia nos governos locais e resgatar a função pública de articulação e coordenação: A gestão pública deve ser descentralizada para o nível municipal, garantindo o protagonismo das comunidades, e o Estado central deve resgatar seu papel articulador para o desenvolvimento equilibrado e sistêmico: “A própria necessidade de dar respostas coerentes aos desafios me levou a priorizar formas institucionais diversificadas segundo o tipo de atividades” (p. 94).

2. Enfoque decolonial: fratura global e colonialismo de dados

Embora a obra utilize uma ênfase macroestrutural da economia, e a perspectiva decolonial não seja a intenção do autor, a análise da *exploração global* ressoa profundamente com esta perspectiva. A *extração de recursos* (típica da colonialidade moderna) converte-se, agora, em escala inimaginável, em *extração de dados e de atenção*, fenômeno que a literatura decolonial denomina *colonialismo digital*, *colonialismo de dados*.

Essa dinâmica reitera e aprofunda as assimetrias históricas entre o Norte e o Sul globais, tornando a questão da justiça epistêmica, da reparação social e da reversão da lógica da hierarquização dos saberes e dos poderes quase inviável. Dowbor evidencia a fratura territorial, na qual o Norte Global (14% da população) controla 73% da renda mundial. A dominação se manifesta agora pelo controle dos gigantes financeiros (como BlackRock, Vanguard) e das plataformas digitais (GAFAM: Google, Apple, Facebook, Amazon, Microsoft), que drenam o excedente social em escala planetária por meio de “sinais magnéticos” circulantes nas infovias digitais (p. 10; 83; 88).

O controle da *propriedade intelectual* (PI) — que deveria estimular o progresso, mas se tornou um mecanismo rentista — é central para essa assimetria. As patentes e *copyrights* (p. 36) funcionam como um novo *enclosure movement* (cercamento), concentrando 97% das patentes nas mãos de empresas de países ricos.

Ademais, conforme denuncia Dowbor, o rentismo articula-se com a reprimarização e o dreno de recursos naturais. O autor critica a apropriação de bens que são da natureza, não “produzidos”. A legislação brasileira (Lei Kandir), ao isentar de impostos exportações primárias, e a desnacionalização de empresas (como a Petrobrás) reforçam o privilégio de acionistas e o setor extrativista, em detrimento das políticas públicas e do investimento nacional (p. 69).

A *soberania política e digital* se torna, então, um desafio crucial, pois a atuação global do dinheiro virtual e das plataformas fragiliza os governos nacionais e locais. O resgate da soberania, que implica a reorientação dos fluxos financeiros e o reforço dos BRICS, segundo Dowbor (p. 83), é essencial para viabilizar políticas internas.

3. O Conhecimento como principal fator de produção e bem comum

Um outro aspecto a ser considerado de extrema relevância para o âmbito da pesquisa em Educação – e para a compreensão da “educação como um direito e não como mercadoria” (Franco; Corrêa Mota, 2022, *on-line*) – é a tese de que “o conhecimento é o principal fator de produção e bem comum”. O livro defende que o *conhecimento e a informação*, sendo *não-rivais* (o compartilhamento não reduz o estoque) e tendo um custo marginal de reprodução próximo de zero, devem ser tratados como *patrimônio coletivo* (p. 8, 11, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 65, 68, 86, 88).

O sistema atual tenta transformar a abundância tecnológica em uma nova forma de escassez ao impor leis da era industrial à era informacional, como a longa duração de *copyrights*, por exemplo, a indisponibilidade de obras de Paulo Freire até 2067 (p. 36). Essa restrição bloqueia o potencial civilizatório e o cruzamento inovador de conhecimentos.

A proposta de “libertar o conhecimento para o bem comum” (tese central da obra) é vista como um contradispositivo, que busca a justiça epistêmica e a reparação estrutural. Dowbor sugere a liberação do uso educacional e científico sem fins lucrativos, seguindo modelos abertos (como *Creative Commons* (p. 36) e *Open Course Ware* do MIT (p. 62), pois é evidente que o lucro social reside no avanço científico generalizado, e não na extração de valor via escassez artificial:

A fantástica possibilidade de e descobrir encadeamentos nas dinâmicas estudadas exige que os materiais estejam disponíveis, online e gratuitas, pois o lucro está no avanço científico da sociedade, e marginalmente na remuneração do autor ou do intermediário. Mustafa Suleyman traz com força esta mudança sistêmica: “A soma de milhares de anos de estudos e pesquisas está disponível em um toque de tecla” (Suleyman apud Dowbor, p. 152).

Tensões e Limites: O principal limite apontado, considerando a perspectiva crítica decolonial, é que a noção universal de “bem comum” e “abertura” deve ser conjugada com a de *soberania e o consentimento comunitário*. Sem salvaguardas legais, sociais, culturais, políticas, a “abertura” pode levar a novas apropriações assimétricas, onde territórios periféricos continuam como meros provedores de “matérias-primas informacionais”, o que exigiria uma proposta de governança comunitária e de regulação antiextrativista. Entretanto: *quem* fará a consulta às ‘comunidades’ – aquelas que se encontram nas grandes cidades e aquelas organizadas em territórios tradicionais nas áreas rurais, nas áreas costeiras, nas florestas, nas águas? A *quem* caberá a gestão dessas novas tecnologias, levando-se em conta a natureza da infraestrutura tecnológica supranacional e os ‘proprietários’ protegidos pela mais absoluta invisibilidade?

4. Implicações para a Pesquisa em Educação

Dowbor deixa explícita que a *centralidade* do conhecimento neste novo modo de produção *confere à Educação um papel estratégico*, mas, ao mesmo tempo, a torna um alvo principal dos mecanismos rentistas. Porém, é diante da emergência deste novo cenário sociocultural global, que se apresentam, igualmente, possibilidades de protagonismo das instâncias públicas e privadas que atuam no campo da educação.

Entendo que a complexidade de temas apresentados na macroanálise que Dowbor faz desta nova etapa civilizacional, em escala planetária, pode ser sementeira de um olhar cuidadoso – e audacioso – dos pesquisadores da Educação. A título de sugestão, seguem algumas possibilidades:

4.1. Financeirização e plataformação da Educação

A educação se transformou em um ativo financeiro, impulsionando a privatização acelerada do Ensino Superior. A obra alerta para o endividamento generalizado da nova geração com dívidas estudantis. Dowbor considera que não assegurar acesso a ferramentas de produtividade social é uma “burrice econômica impressionante” (p. 35, Nota 41), visto que a educação é um investimento fundamental para a superação das assimetrias sociais abissais em todos os cantos do planeta.

A pesquisa em educação deve investigar a *plataformação da escola/universidade*, analisando como os ecossistemas de *edtech* (empresas que oferecem serviços educacionais mediados por plataformas digitais) configuram um regime de *extração de dados educacionais* (de toda a comunidade escolar) e *reordenam currículos e o trabalho docente* (veja a lógica das métricas opacas e ranqueamento das escolas nas avaliações internacionais).

Problemas de pesquisa incluem, dentre outros, os impactos das *edtechs* na *autonomia docente* e os *modelos de governança* participativa de dados escolares e universitários.

4.2. Justiça Epistêmica e Inclusão Digital

A obra inspira a superação da lógica da escassez e da competição na pesquisa em favor de *ecossistemas colaborativos, dados abertos e ciência cidadã*. A pesquisa em educação deve cartografar as controvérsias de contratos/tecnologias educacionais e realizar *auditorias algorítmicas pedagógicas* para testar viés e impacto curricular.

Auditorias algorítmicas pedagógicas são investigações críticas sobre como os algoritmos que estruturam plataformas educacionais, sistemas de avaliação, recomendação de conteúdo, correção automática ou análise de dados estudantis influenciam os processos de ensino, aprendizagem e inclusão.

Essas auditorias poderiam identificar:

- Viéses ocultos (por exemplo, culturais, linguísticos, regionais, raciais ou de gênero);
- Impactos curriculares (o que é valorizado, o que é silenciado, o que é invisibilizado pelo algoritmo);
- Lógicas de exclusão ou padronização (quando o sistema impõe uma única forma de aprender ou medir desempenho);
- Coerência com princípios de justiça epistêmica (se diferentes modos de saber e aprender são reconhecidos).

A *inclusão digital* é um eixo de modernização (Lei 14.533/2023, que cria a Política Nacional de Educação Digital-Pned), mas a baixa conectividade significativa (57% dos brasileiros) gera exclusão de serviços essenciais. A luta pela informação e comunicação de qualidade é vital para a democracia. Dowbor ressalta, por exemplo, que a Pedagogia do Oprimido adquire hoje uma “expressão digital”, exigindo a transição da civilização *read-only* (recepção passiva) para a civilização “Read-Write” (R-W), onde comunidades têm protagonismo na produção de conteúdo (mídia comunitária) (p. 60).

4.3. Recomendações para Programas de Pesquisa em Educação

O livro reforça a urgência de universidades e instituições de pesquisa adotarem uma política institucional do “conhecimento como bem comum”, como patrimônio da humanidade, um direito universal inegociável. Recomenda-se combinar a ciência aberta com cláusulas de não-apropriação e licenças comunitárias, alinhadas à justiça epistêmica, para reduzir assimetrias de acesso/visibilidade de pesquisas do Sul Global.

Outras possibilidades podem incluir:

1. Criar *laboratórios de “pedagogia das plataformas”* para investigar contratos e práticas de *edtech* sob ótica decolonial.
2. Desenvolver *modelos de consentimento informado coletivo* para proteger comunidades escolares periféricas (e comunidades tradicionais) contra a colonialidade de dados.
3. Implementar políticas editoriais que reduzam *paywalls* e integrem critérios de justiça epistêmica em periódicos e repositórios. *Paywall* é o termo usado para designar barreiras de acesso pago a artigos científicos e livros acadêmicos — ou seja, quando o leitor precisa pagar (ou estar em uma instituição com assinatura) para acessar o conteúdo.

Reduzir *paywalls* significa:

- **Adotar políticas de acesso aberto** (*open access*) - permitir que os resultados das pesquisas sejam disponibilizados gratuitamente ao público, preferencialmente em repositórios institucionais.
 - **Evitar modelos de publicação excludentes**, como *article processing charges* (APCs - Taxa de Processamento de Artigo) muito altos, que inviabilizam a publicação de pesquisadores de universidades públicas, periféricas ou do Sul Global. Essas taxas de publicação proibitivas excluem autores periféricos do circuito internacional da ciência, reproduzindo desigualdades epistêmicas.
 - **Fomentar o compartilhamento ético de dados e resultados em plataformas abertas**, conforme os princípios da Ciência Aberta (*Open Science*) e da UNESCO (2021).
 - Em síntese, trata-se de democratizar o acesso ao conhecimento, rompendo a lógica de concentração e mercantilização da produção científica.
4. Assegurar **soberania e reparação** por meio de protocolos específicos para dados sensíveis.

Conclusão

Os Desafios da Revolução Digital – libertar o conhecimento para o bem comum é uma obra de alta relevância que oferece fundamentos teórico-políticos e epistêmicos para repensar a economia do conhecimento. O livro serve como um *conteúdo programático* para pesquisadores de diferentes campos da ciência – de modo especial para os da Educação –, fornecendo um aparato conceitual renovado para a crítica política, econômica e educacional.

A principal contribuição da obra reside na síntese acessível e sistêmica das engrenagens digitais (finanças, plataformas, comunicação) e na agenda propositiva focada nos bens comuns do conhecimento.

O autor conclui que o desafio contemporâneo não é primariamente de falta de recursos econômicos, mas sim de governança. O potencial tecnológico da revolução digital (que pode ser compartilhado sem custos adicionais) é imenso, mas está sendo cooptado por um sistema rentista.

O autor insiste que a *abertura deve vir com soberania, governança comunitária e regulação antiextrativista* (p. 89) para que o “bem comum” se materialize como infraestrutura, especialmente no campo educativo. A liberação do acesso ao conhecimento é o vetor mais poderoso de inclusão produtiva e enfrentamento das crises civilizatórias.

Referências

BRASIL. **Lei nº 14.533**, de 11 de janeiro de 2023, cria a Política Nacional de Educação Digital (Pned). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14533.htm. Acesso em: 11 set. 2025.

DOWBOR, Ladislau. **Os Desafios da Revolução Digital**: Libertar o Conhecimento para o Bem Comum. São Paulo: Editora Elefante, 2025. 254 p., ISBN 978-65-60080-69-0. As referências de páginas utilizadas neste texto são as do e-book publicado no site do autor: <https://dowbor.org/2024/06/revolucao-digital-uma-sociedade-a-beira-de-rupturas.html>.

FRANCO, A. do R. S.; CORRÊA MOTA, Guadalupe. Do Humanismo Crítico ao Neoliberalismo Pedagógico: caminhos de resistência. **Revista eletrônica pesquiseduca**, [S. l.], v. 14, n. 36, p. 1029–1043, 2023. DOI: 10.58422/ repesq. 2022. e1394. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/1394>. Acesso em: 11 out. 2025.

UNESCO. **Carta de princípios da Ciência Aberta**, 2021. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/open-science>. Acesso em: 11 set. 2025.